

EIXO TEMÁTICO 2 | TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO NA ERA DIGITAL: desafios e perspectivas no capitalismo contemporâneo

THE NEW MORPHOLOGY OF WORK IN THE DIGITAL AGE: challenges and perspectives in contemporary capitalism

Elizabeth Rodrigues Félix¹
Fabrício Rodrigues da Silva²

RESUMO

Neste artigo, abordamos a temática do trabalho, no contexto da crise estrutural do capitalismo e seus rebatimentos nas formas de organização do trabalho na sociedade contemporânea. Apresentamos o processo de transição do padrão de acumulação fordista para o modelo da acumulação flexível, refletindo sobre as questões que a flexibilização traz para a organização do trabalho, tendo em vista a necessidade de manutenção da ordem capitalista. Problematicamos o processo de gestão da força de trabalho enquanto elemento fundamental para manter os níveis de subsunção do trabalho ao capital, no contexto da reestruturação produtiva. No limiar do século XXI, em face de uma nova morfologia do trabalho, pautada na plataforma das relações de trabalho e no avanço da era digital e da tecnologia da informação e da comunicação na organização do processo produtivo, refletimos sobre a relevância de se pensar dialeticamente o modelo de sociabilidade capitalista em sua dinâmica contraditória.

Palavras-chave: Crise do capital; Estado, reestruturação produtiva; trabalho.

ABSTRACT

In this article, we address the theme of work in the context of the structural crisis of capitalism and its repercussions on the forms of

¹ Assistente Social da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro – SEAP/RJ. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: erodriguesfelix@gmail.com.

² Professor Adjunto do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: fabricio.rodrigues@academico.ufpb.br.

work organization in contemporary society. We present the process of transition from the Fordist accumulation pattern to the flexible accumulation model, reflecting on the issues that flexibilization brings to the organization of work, in view of the need to maintain the capitalist order. We problematize the process of workforce management as a fundamental element to maintain the levels of subsumption of labor to capital, in the context of productive restructuring. On the threshold of the twenty-first century, in the face of a new morphology of work, based on the platformization of labor relations and the advancement of the digital age and information and communication technology in the organization of the production process, we reflect on the relevance of dialectically thinking about the model of capitalist sociability in its contradictory dynamics.

Keywords: Crisis of capital; State, productive restructuring; work.

Palavras-chave: Calibri, tamanho 10, normal, espaço simples.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo problematizar a temática do trabalho, no contexto da reestruturação produtiva, decorrente da crise estrutural do capitalismo contemporâneo. Neste horizonte, serão traçados os principais elementos que caracterizam o capitalismo em sua fase de transição para um modelo de acumulação flexível e os impactos desta na organização da produção e reprodução da força de trabalho.

Assim, abordamos a crise estrutural do capitalismo e seus rebatimentos para o processo produtivo e para as novas configurações do trabalho, na sociedade contemporânea. Nesta perspectiva, sinalizamos o processo de gestão da força de trabalho, como um elemento que adquire importância para a manutenção do controle na organização da produção, visando a preservação da lógica capitalista que, contraditoriamente, se consolida na medida da desqualificação do trabalhador e da expropriação do seu próprio trabalho.

Seguimos com considerações acerca das tendências que se desenham no universo da exploração do trabalho, pela intensificação da subsumção deste ao capital e pelo aprofundamento da degradação da força de trabalho, sob a hegemonia do neoliberalismo. Situamos um novo cenário de precarização, onde ganham lugar as formas de trabalho vinculadas às plataformas digitais e às tecnologias da informação e da comunicação.

A partir das abordagens teóricas nas quais nos apoiamos, apresentamos algumas reflexões acerca das possibilidades e dos desafios advindos do enfrentamento desta realidade, quando assumimos uma perspectiva dialética, pautada nas contradições da própria dinâmica

capitalista, que nos permite vislumbrar outros modos de sociabilidade, para além dos ditames do capital.

2 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO CONTEXTO DA CRISE DO CAPITAL

Na segunda metade do século XX, mais precisamente, a partir da década de 70, o sistema capitalista passou por um processo de profundas transformações em vários aspectos, atingindo a esfera do trabalho, do consumo e do Estado. Mais precisamente, a partir dos anos de 1970, a transição no processo de acumulação atingirá as esferas social e política, com nítidas conformações no modo de ser dos indivíduos. Trata-se de uma transição em que o padrão fordista³ de desenvolvimento dará lugar a um novo sistema de regulamentação política e social, chamado acumulação flexível⁴.

A rigidez e a racionalização nos processos de produção, bem como o controle e disciplinamento da força de trabalho, visando a produção e o consumo em massa, demonstraram total incapacidade de manter a engrenagem do sistema de produção capitalista na perspectiva do incremento da lucratividade e do capital. É importante assinalar ainda, a grande insatisfação gerada nas bases da sociedade, devido à desigualdade no acesso ao emprego e aos privilégios, de domínio somente de uma elite, da qual estavam excluídas as mulheres, os negros e todo tipo de minoria política.

A preservação do lucro, a manutenção da força de trabalho e a garantia do processo de acumulação se fariam, a partir de então, sob um prisma mais flexível, em termos dos contratos de trabalho, do emprego da mão de obra e, também da estabilidade tanto no sentido das seguranças trabalhistas, quanto da própria durabilidade dos produtos e das necessidades. Instaurava-se, assim, um padrão de efemeridade, cuja tônica estava na possibilidade de aumento da produção e do consumo, porém em um ritmo capaz de acompanhar a velocidade de tudo que acontecia ao redor do mundo.

O tempo de giro que sempre é uma chave da lucratividade capitalista foi reduzido de modo dramático pelo uso das novas tecnologias produtivas (automação, robôs) e de novas formas organizacionais (como o sistema de gerenciamento de estoques “just-

³ Em Harvey (2006) encontramos abordagem detalhada dos aspectos econômicos, políticos e sociais do padrão fordista de desenvolvimento.

⁴ O padrão da acumulação flexível traz um contraponto ao padrão fordista de desenvolvimento, em razão da necessidade de se atender à nova dinâmica do capital que passava por profundas transformações, decorrentes da recessão vivida nos anos de 1970. Ver Harvey (2016).

in-time”, que corta dramaticamente a quantidade de material necessária para manter a produção fluindo (Harvey, 2016, p. 148).

O autor nos mostra que a acumulação flexível é uma forma de organização do capitalismo, com características que visam a substituição da rigidez do fordismo por formas mais flexíveis que não alteram, no entanto, a essência do modelo capitalista. Isto se aplica tanto em relação às suas consequências para a sociedade e para o meio ambiente, quanto para o modo pelo qual se busca a geração acelerada de lucros, através da exploração do trabalho vivo. Neste aspecto, ganham destaque, a importância do controle do trabalho por meio de sistemas de inovação tecnológica, bem como a incorporação da ideologia do consumo nem sempre vinculado às necessidades. A ordem capitalista precisa ser mantida e sustentada acima de todas as coisas, ou seja, o regime de acumulação precisa funcionar e para tal, há que se ter formas de regulamentação capazes de controlar a economia, por meio de políticas fiscais e monetárias voltadas para a manutenção da produção e do consumo.

Entende-se, assim, que um aparato institucional reunido com a finalidade de legitimar e fortalecer as relações capitalistas em sociedade, faz-se necessário ao desenvolvimento e ao fortalecimento do capitalismo, sendo esta função exercida pelo Estado. No desempenho de suas funções básicas, o Estado vai se adequar às diferentes fases do capitalismo, de modo a conduzir política, econômica e ideologicamente políticas capazes de manter a organização e a sua ascensão no mundo.

Na transição do regime fordista para a acumulação flexível, tem-se uma mudança substancial no papel do Estado, que até a década de 60, exerceu papel fundamental face à rigidez do modelo fordista e as consequentes insatisfações que brotavam da classe trabalhadora, oprimida por rotinas massacrantes e enrijecidas em suas relações de trabalho.

Em uma nova etapa no mundo do capital, como já dissemos, com um novo padrão de acumulação, a partir da década de 70, com a queda na taxa de lucros e a intensificação do uso da tecnologia no processo produtivo, ocorreram profundas mudanças no processo produtivo, o que atingiu de modo devastador a classe trabalhadora. Esta reestruturação foi demarcada pela descentralização e pelo avanço tecnológico, alterando, assim substancialmente as relações de trabalho, de modo a torná-las, supostamente, mais horizontais, menos hierarquizadas, mas também mais fragmentadas e desregulamentadas do ponto de vista das garantias trabalhistas.

A reestruturação produtiva vem sendo conduzida em combinação com o ajuste neoliberal, o qual implica a desregulamentação de direitos, o corte dos gastos sociais,

deixar milhões de pessoas à sua própria sorte e “mérito” individuais – elemento que também desconstrói as identidades, jogando os indivíduos numa aleatória e violenta luta pela sobrevivência (Behring, 2002, p. 193-194).

Um novo ciclo de expansão do capitalismo, inaugura-se no contexto da reestruturação produtiva, fazendo frente à crise de superprodução e superacumulação, já visto como tendência do modelo capitalista de produção, ressaltando-se a crescente fragilização dos trabalhadores nesse processo, em especial, em países do capitalismo periférico, onde os serviços públicos não chegavam e as formas de opressão e exclusão se acentuavam, resultantes da reação burguesa à queda da taxa de lucros.

Com efeitos devastadores sobre o trabalho⁵, o regime de acumulação flexível manifesta-se de forma perversa por meio da subcontratação, das perdas salariais, do trabalho informal e, sobretudo, do encolhimento dos direitos trabalhistas. Para administrar as insatisfações da classe que vive do trabalho, decorrentes deste cenário destrutivo, o Estado segue com a sua presença ativa, no entanto, com a perda crescente da sua função reguladora, haja vista que esta só se justifica quando voltada para atender aos interesses do capital.

O caráter essencialmente contraditório, fundante do capitalismo, coloca sobre o Estado a questão do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção (Behring, 2002, p.184), fazendo com que o seu papel como elemento de dominação de classe permaneça nos diferentes momentos históricos, de acordo com o contexto político e econômico que se apresenta.

3 A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

O processo de trabalho, enquanto atividade orientada a um fim, que se objetiva em um produto, utilizando meios de trabalho, constitui a dinâmica da produção, cujo sentido originário é o de atividade voltada para suprir as carências imediatas de consumo, ou seja, para a sobrevivência humana, enquanto valor de uso.

É, portanto, neste estágio do trabalho, orientado por uma capacidade que, tão somente, o homem possui, que encontramos as raízes da compreensão da sua natureza criativa, emancipadora e libertária, considerado, este mesmo, como elemento através do qual, o

⁵ Em “Os sentidos do Trabalho” de Ricardo Antunes (2007, p. 51-52), encontramos importante abordagem sobre as repercussões da reestruturação produtiva sobre o processo de trabalho, considerando as respostas do capital à sua crise estrutural.

homem se torna homem. O trabalho, enquanto base dinâmico-estruturante do próprio homem como um tipo de ser capaz de dar respostas às suas necessidades, não se dá, no entanto, de forma tão imediata, ao contrário, trata-se de uma atividade mediatizada por escolha entre possibilidades, cujos resultados informarão sobre futuras decisões (Lukács, 2009)⁶. Assim, distingue-se a existência social das determinações unicamente biológicas e por conseguinte, o caráter ontológico do trabalho como categoria fundante do ser social.

Enquanto pressuposto ontológico-fundante de sociabilidade, o trabalho assume o caráter universal da atividade humana, incorporando nesta compreensão, o fato de que esta atividade ocorre em uma sociedade historicamente determinada. Nesta historicidade concreta é necessário trazer à luz os momentos constitutivos mais complexos do processo de trabalho, quais sejam: Produção – Distribuição – Circulação – Consumo.

Não será objeto deste texto uma exposição acerca deste processo produtivo complexo, em todas as suas dimensões constitutivas. Contudo, cabe lembrar, como já mencionado aqui, em momentos anteriores, que distintamente das sociedades pré-capitalistas, na forma específica de sociabilidade capitalista, este todo orgânico que constitui o processo de produção terá na mercadoria a sua unidade, determinada pelo seu valor de troca. Assim, na medida em que a mercadoria assume a forma do produto do trabalho, será a troca destas mercadorias que irá mediar as relações dos homens entre si, passando a residir na posse de mercadorias, o caráter de dominação nas relações sociais de produção.

Em todos os estágios sociais, o produto do trabalho é valor de uso; mas só um período determinado do desenvolvimento histórico, em que se representa o trabalho dispendido na produção de uma coisa útil como propriedade “objetiva”, inerente a essa coisa, isto é, como seu valor, é que transforma o produto do trabalho em mercadoria. Em consequência, a forma simples de valor da mercadoria é também a forma-mercadoria elementar do produto do trabalho, coincidindo, portanto, o desenvolvimento da forma-mercadoria com o desenvolvimento da forma valor. (Marx, 2013, p. 83).

É, pois, inerente a este modo de valorização do trabalho, que ele se torna, também, uma mercadoria, a ser comprada e vendida como qualquer troca feita no mercado. Desta forma, tornada mercadoria, a força de trabalho é vendida pelo trabalhador ao capitalista por uma quantidade de dinheiro, teoricamente capaz de manter vivo este componente essencial à produção capitalista. Trata-se de um modo de organização social do trabalho, historicamente

⁶ Esta referência trata-se da tradução, feita por Carlos Nelson Coutinho, de um texto redigido por Lukács, em 1968, para apresentação no Congresso Filosófico Mundial, em Viena.

determinada, que é o modo capitalista de produção, onde o produto do trabalho humano é apropriado como valor, não somente destinado a atender determinadas necessidades de uso, mas, para atender ao mercado, na base da relação de troca de mercadorias, sob a forma de dinheiro.

Reside aí, no entanto, um importante dilema enfrentado pelo próprio capitalista ao confundir a força de trabalho com o trabalho que pode ser produzido por esta, tratando ambas as coisas da mesma forma. Em outras palavras, tratar o trabalho como uma outra mercadoria qualquer, ou seja, de forma coisificada, apresentava efeitos sobre a produção que sinalizava para a necessidade de se estabelecer uma espécie de controle ou gestão sobre a força de trabalho humana. Nas palavras de Braverman (1987, p.68), “o controle é, de fato, o conceito fundamental de todos os sistemas gerenciais, como foi reconhecido implícita ou explicitamente por todos os teóricos da gerência”.

Nesta perspectiva da gerência científica⁷ é muito presente um dos princípios importantes da dinâmica capitalista, que é a divisão social do trabalho, onde há nítida separação entre as etapas de planejamento e execução de tarefas, atribuindo-se aos que planejam, o controle do processo e aos que executam, a simples tarefa de operacionalizar algo que não passou pelo seu processo de idealização ou de criação.

Percebemos o quão degradante e alienante é para o trabalhador essa modalidade de gestão da sua força de trabalho que, na verdade, não está mais sendo tratada como força de trabalho e, sim, como fator de produção. O alto grau de insatisfação, desestímulo e, até mesmo, hostilidade, entre outros fenômenos, por parte daqueles que, alienados do seu próprio trabalho, se tornarão um “peso negativo” (grifos nossos), à lógica da produção capitalista.

Cumpre sinalizar que, o advento da maquinaria moderna, da forma como foi introduzido na produção, destitui o trabalhador completamente do controle do seu próprio trabalho, permitindo, assim, ao capitalista que detém a propriedade dos instrumentos de produção, a intensificação da exploração do trabalho, sem ter que dar conta de questões disciplinares ou comportamentais que envolvem a força de trabalho.

A maquinaria entra no mundo não como serva da “humanidade”, mas como instrumento daqueles a quem a acumulação de capital proporciona a propriedade das máquinas. A capacidade humana para controlar o processo de trabalho mediante

⁷ O conceito de gerência científica em Braverman (1987, p.82) se traduz como “um empenho no sentido de aplicar os métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão”.

maquinaria é dimensionada pelo gerenciamento desde o início do capitalismo como o meio principal pelo qual a produção pode ser controlada não pelo produtor imediato, mas pelos proprietários e representantes do capital (Braverman, 1987, p. 167).

Em que pese as consequências da subsunção real do trabalho ao capital faça com que a tendência à automação dos sistemas produtivos acirre a separação entre trabalho intelectual e trabalho operacional, não será a maquinaria a responsável por este processo de desqualificação e expropriação do trabalhador em relação ao seu próprio trabalho. Vejamos que a crescente substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, se dá, em verdade, pela forma pela qual o mecanismo capitalista de produção necessita direcionar esta relação, ou seja, que a máquina e todo e qualquer estrutura tecnológica desenvolvida sirvam para diminuir o tempo de trabalho e, assim, os custos desta produção.

Não há vida própria nas máquinas e, tampouco nas tecnologias que possibilitam o seu desenvolvimento e aperfeiçoamento, como por vezes, nos leva a entender, o sistema capitalista de produção. Concordamos com o autor quando ele assinala a questão de um fetichismo que confere autonomia, ou uma espécie de vida própria ao que aqui vamos chamar de instrumento do trabalho, cujo poder de moldar a relação de trabalho só acontece devido à sua apropriação pelo capital (Braverman, 1987). É este nível de subsunção que, se apropriando dos meios de produção, se apropria também da força de trabalho, porém, em um nível de cerceamento de suas potencialidades criativas e de suas possibilidades de exercício do controle sobre o seu próprio processo de trabalho.

Esse aspecto da expropriação das possibilidades de controle do trabalho das mãos do trabalhador que o torna subserviente expressa-se na forma como a maquinaria, ao invés de servir ao homem, torna-o servo de suas determinações. Esta inversão, por assim dizer, que se dá no modo de produção capitalista relaciona-se à forma particular que este sistema de produção lida com a força de trabalho e com os meios de produção no processo produtivo, conforme esclarece Braverman (1987, p. 167-168),

Os efeitos que a organização baseada no racionalismo fordista exerceram sobre o trabalho, representaram, não apenas o desgaste físico, imposto por esta forma de lidar com a *força* de trabalho (prolongação da jornada de trabalho), mas também, a questão da fragmentação que se processava, na relação entre o homem e seu labor, conforme utilizado por Antunes (2007, p. 39) em sua abordagem sobre as respostas do capital à sua crise estrutural,

“esse processo de desantropomorfização do trabalho e sua conversão em apêndice da máquina-ferramenta dotavam o capital de maior intensidade na extração do sobretrabalho”.

Ressaltamos que, ao recorrer ao pensamento de Braveman (1987) pudemos pontuar aspectos importantes para o nosso estudo, acerca do gerencialismo e seus impactos sobre o trabalho, independentemente de ter sido o padrão de acumulação fordista que mais incorporou as características da gerência científica no processo de organização da produção. Em outras palavras, estamos dizendo que, consideramos que na transição para o modelo de acumulação flexível, em resposta à crise estrutural do capital, como em qualquer processo de transição, não há uma ruptura radical com o modelo anterior. Sendo assim, a essência estivera sempre mantida, qual seja, a necessidade de aumentar a produção e a produtividade do trabalho, com menor custo e, em menor tempo possível. E, em todas as fases do capitalismo, tem sido por meio de “ajustes” no processo e nas relações de trabalho que isto tem sido possível e, a um custo muito alto para a força de trabalho.

O surgimento de uma nova morfologia do trabalho, pautada na flexibilização que, na verdade se traduz em precarização, vai se desenhando desde a década de 1970 do século XX e adentra o século XXI, com contornos que particularizam as relações de trabalho de um modo bastante peculiar, na medida do crescimento do setor de serviços, representado por “parcelas significativas de operários expulsos do mundo produtivo industrial, como resultado de amplo processo de reestruturação produtiva, das políticas neoliberais e do cenário de desindustrialização e privatização” (Antunes, 2009, p.236). A estas novas formas precarizadas de trabalho, Antunes (2009) chamará de *proletariado de serviços*⁸, reunindo um conjunto de trabalhadores ligados à área de telemarketing, delivery e outras modalidades de tarefas que envolvem a o universo digital, com a presença das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs).

Ganham lugar nesse universo as formas de teletrabalho, home office, que à primeira vista podem sugerir a existência de vantagens, em termos de praticidade, comodidade e outros artifícios, mas na verdade, encobrem todo um processo de desregulamentação de direitos, desproteção social e fragilização dos vínculos de trabalho. O trabalho vivo existirá, desta forma, subsumido aos ditames do universo tecnológico e suas aplicações eficazes na extração cada vez

⁸ Neste texto, estamos trabalhando com as problematizações trazidas por Antunes (2020, p.34), no que diz respeito à sua hipótese central desenvolvida na obra “O Privilégio da Servidão”, onde ele afirma que “há uma nova morfologia da classe trabalhadora, dela sobressai o papel crescente do novo proletariado de serviços da era digital”.

maior da mais-valia. Assistimos, pois, a um aprimoramento das formas de dominação desenvolvidas pelo capital, com os artifícios da modernidade, que incidirão tanto sobre as formas de trabalho produtivo⁹ quanto sobre as formas de trabalho improdutivo, uma vez que este último quando apropriado no processo de produção capitalista serve aos mesmos critérios de valorização do capital.

O fenômeno que, aqui, se busca compreender é complexo e traz o debate a questão da forma como o universo informacional participará na cadeia da valorização do capital e, sob quais condições. São indagações que merecem análises e tem sido objeto de estudo de importantes autores, sobretudo aqueles que reconhecem o surgimento de um proletariado de serviços, consubstanciado pelo que Huws (2020, p. 205) irá chamar de “Divisão Digital do Trabalho”. A autora, com quem Antunes (2020) também dialoga, nos apresenta indicações importantes acerca da classe trabalhadora em uma nova subdivisão a qual denominou de Ciberariado¹⁰, como uma espécie de proletariado global, onde as dimensões de uma maior qualificação contrastam e, ao mesmo tempo, se unem a uma perspectiva da rotinização, disciplinamento e rigidez no controle das atividades a serem desempenhadas.

Neste contexto de capitalismo contemporâneo, estaremos diante dos mais profundos processos de desproteção e, de precarização das condições de vida e trabalho, expressos no âmbito virtual, com requintes de uma gestão pautada nas plataformas, aplicativos e outros artifícios tão bem construídos nesta fase de crescente ampliação do maquinário digital, da internet das coisas, inteligência artificial, enfim, das diversas formas desenvolvidas no mundo virtual para intensificar a dominação do capital sobre o trabalho. Esta classe que vive do trabalho, tem como grandes elementos destrutivos, a terceirização, a informalidade e a flexibilização, o que “se consolidará como um elemento cada vez mais central do sistema de metabolismo antissocial do capital, em escala global, particularmente no setor de serviços” (Antunes, 2020, P. 13).

Diante deste novo cenário de respostas do capital à sua crise estrutural, tem lugar a chamada indústria 4.0¹¹, que configura uma nova fase no capitalismo avançado, a automação

⁹ Consideramos a referência de trabalho produtivo de Marx (2013, p.15), no capítulo VI do Livro 1, em que encontramos a seguinte consideração: “observando-se todo o processo do ponto de vista do resultado, do produto, evidencia-se que meio e objeto de trabalho são meios de produção e o trabalho é trabalho produtivo”.

¹⁰ Expressão utilizada por Huws (2020, p.14), definindo o Ciberariado como “novos tipos de trabalho rotinizados de processamento de informações, distribuídos em todo o mundo em cadeias de valor dispersas (p. 14).

¹¹ Termo utilizado pelo governo alemão, a partir de 2011 para designar o salto tecnológico.

atinge as empresas, para além da reestruturação produtiva da década de 70. Trata-se do desenvolvimento econômico típico do século XXI, onde ganham lugar as inúmeras atividades profissionais, cuja organização se dá de forma totalmente plataformizada, como vemos nos motoristas da Uber, entregadores de delivery e prestadores de serviços sem vínculo formal de um modo geral. Para denominar este fenômeno dos trabalhos organizados e desenvolvidos por plataformas digitais, Antunes (2020, p. 11) utilizará a expressão uberização, definindo-a como “um processo no qual as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas, assumindo, assim, a aparência de “prestação de serviços” e obliterando as relações de assalariamento e de exploração do trabalho.

Quando trazemos este cenário do capitalismo contemporâneo, não estamos falando exclusivamente de uma nova fase na economia e na produção, mas de uma verdadeira mudança de paradigma nas formas de sociabilidade construídas a partir de então. A subjetividade dos funcionários de uma empresa é mobilizada para que estes assumam o seu papel no processo de aceleração da produtividade ao menor custo possível, por meio das TICs, que permitem o controle do produto e do trabalho envolvido. O imediato é a referência para a produção, inteiramente voltada para as demandas do mercado, cuja leitura deve ser rápida e as soluções com o menor custo e o mínimo de pessoal. Isto significa dizer que o mundo do trabalho passa a funcionar sob o prisma da pressão e as vezes até dos constrangimentos, onde é o próprio grupo de trabalho que, em nome do bom desempenho do trabalho em equipe, deve cobrar de seus próprios membros quando algo sair da curva esperada. A esta dinâmica, Durand (2003) denominará de fluxo tensionado¹², designando, assim, a dinâmica de naturalização dos constrangimentos que se passa no interior do mundo corporativo.

4 CONCLUSÃO

Estamos diante de profundas mudanças no mundo da produção e, se não fosse pelo caráter histórico e dialético de compreensão da realidade, poderíamos premeditar o fim dos tempos do trabalho. No entanto, neste sentido, aqui, acompanhamos a tese de Antunes, quando fala da “dialética espetacular do trabalho” (2020, p. 28), que para nós é o ponto central que permite recuperar a dimensão do trabalho concreto, que produz bens socialmente úteis e,

¹² Jean Pierre Durand (2003) colocará que fluxo tensionado é um paradigma que organiza a disciplina do trabalho, por meio do fluxo contínuo de todas as atividades, acrescentado que se trata de uma dinâmica que estará presente em diversas situações de trabalho na atualidade, configurando uma nova combinatória produtiva.

por seu caráter de humanização, deve ser o horizonte que buscamos construir cotidianamente nos espaços políticos e sociais. Em que pese, as tendências que indicam a intensificação do processo de precarização estrutural do trabalho estejam presentes em amplitude cada vez maior, este processo não se dá sem um importante grau de insatisfação e mobilização da classe que vive do trabalho, dado o acirramento das perdas de direitos e, qualquer nível de proteção no trabalho. O aviltamento imposto pelas novas formas de exploração do trabalho, mediatizadas pelas plataformas digitais, não vem se dando de forma silenciosa, ao contrário, dados recentes¹³ mostram ações de paralisação de trabalhadores por aplicativo, como exemplo, das reações ao que podemos chamar de desumanização e constrangimento impostos por essa nova morfologia do trabalho.

Na medida, portanto, que reconhecemos essa dinâmica contraditória entre capital e trabalho, em seus mais altos graus de destituição da vida humana, entendemos que a resistência está presente como força motriz do desafio que temos em pensar outras formas de vida fora do contexto opressor e violador do capital. E, não se trata de um idealismo, uma vez que as contradições presentes na dinâmica capitalista são processadas nas próprias crises cíclicas deste modelo de exploração do homem, que por sua natureza, destrói-se a si mesmo.

O que os tempos modernos têm mostrado é que existem possibilidades e alternativas em que a utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação podem, também, ter uso distinto daquele para o qual foram apropriadas no mundo da automação destituída de humanidade, decorrente da reestruturação produtiva e mais ainda no universo da indústria 4.0.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo. 2020. (recurso digital).

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Século XXI: nova era de precarização estrutural do trabalho? In: **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo, Boitempo, 2009.

¹³ Em 29/03/2022, trabalhadores do IFood, Uber e 99 fizeram greves unificadas por melhores condições de trabalho em pelo menos 17 cidades do país, segundo matéria publicada pelo site Brasil de Fato. O número de trabalhadores fazendo delivery cresceu 979,8% no país. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/28/greve-unificada-de-entregadores-do-ifood-uber-e-99-pressiona-por-aumento-nas-taxas-de-corridas>. Acesso em: 01 dez. 2023.

_____. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** São Paulo: Boitempo, 2020. P. 11-22.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Fundo Público, Valor e Política Social.** São Paulo: Cortez, 2021.

_____. **Política Social no capitalismo tardio.** São Paulo: Cortez, 2002.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista:** A degradação do trabalho no Século XX. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CHESNAIS, François. Doze teses sobre a mundialização do capital. In: FERREIRA, Carla; SCHERER, André Forti. **O Brasil frente à ditadura do capital financeiro:** reflexões e alternativas. Lajeado: UNIVATS, 2005.

DURAND, Jean-Pierre. **A refundação do trabalho no fluxo tensionado.** São Paulo: Depto. Sociologia, USP. Revista Tempo Social, Volume 15, número 1, maio de 2003.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **A produção capitalista do espaço.** 2ª ed. São Paulo: Analumee editora, 2006.

HUWS, Ursula. **A formação do cibertariado:** trabalho virtual em um mundo real. São Paulo: Unicamp, 2017.

LUKÁCS, Gyorgy. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. In: LUKÁCS, G. **O jovem Marx e outros escritos da filosofia.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. 1973. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini. Vida e Obra.** São Paulo: Expressão Popular, 2005a. p. 137-180.

MARX, Karl. **O Capital. Livro 1, Vol. II.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.